



# ESTADO DE MATO GROSSO

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

Discussão e votação única em: 05/09/2022

- Aprovada por unanimidade  
 Aprovada por x votos.  
 Rejeitada por x votos.  
Abstensões 0 votos.

Assinatura do (a) presidente

- Indicação  
 Requerimento  
 Moção  
 Projeto Decreto Legislativo  
 Projeto Resolução

N.º 21/2022

**AUTOR: Presidente da Câmara Municipal - Vereador Zulmar Curzel**

Com fulcro no art. 58 da Lei Orgânica do Município de Juína c/c o art. 125, §3º, inciso VIII, do Regimento Interno, o Vereador abaixo signatário **REQUER** a sua Excelência o Senhor Paulo Augusto Veronese – Prefeito Municipal e ao Senhor Diego Ginez de Souza Peres (Casinha) Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, **que seja informado acerca das providências tomadas com relação a denúncia de poluentes atmosféricos emitidos pela empresa PraObra narradas pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Ofício nº 131/2022/1ºPJCível, tendo em vista o que dispõe os arts. 6º e 38, ambos da Lei Municipal nº 864/2006 – Código Municipal de Meio Ambiente<sup>1</sup>.**

<sup>1</sup> Art. 6º. Ao município de Juína, através da Secretaria Municipal de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente, compete:

- I – exercer o Poder de Polícia administrativa ambiental na área de abrangência do município, através de:
  - a) licenciamento ambiental prévio - licença de localização - das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, dentro do perímetro urbano ressalvado as competências do licenciamento estadual e federal;
  - b) fiscalização pelo cumprimento e aplicação das sancções, notificações, embargos, interdições, apreensões e autos de infração ambiental - por infração à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, de acordo com o que dispuser a norma violada;
- II – adotar medidas visando o controle, conservação e preservação dos recursos ambientais e, quando julgar necessário, para proteção de bens de valor científico artístico, histórico paisagístico e cultural;
- III – elaborar e propor ao COMDEMA a edição de resoluções que julgar necessário à sua atuação no controle, conservação e preservação do meio ambiente;
- IV – implantar, administrar e fiscalizar as Unidades de Conservação municipais;
- V – estimular a conscientização ambiental.

Art. 38. Os empreendimentos, atividades e iniciativas geradoras de poluentes atmosféricos, instalados ou a se instalarem no município, bem como os veículos e motores, são obrigados a evitar, prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos causados pela emissão de poluentes atmosféricos no meio ambiente.



# ESTADO DE MATO GROSSO

# CÂMARA MUNICIPAL DE JUÍNA

## JUSTIFICATIVA

Considerando o ofício expedido pela 1<sup>a</sup> Promotoria Cível – MPMT encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal no qual dá ciência acerca da reclamação realizada pela cidadã Sra. Nilce Barbosa de Souza, da poeira que segundo ela vem de uma empresa PraObra, no qual foi solicitado para o Município de Juína tomar as medidas cabíveis, faz-se necessário análise e fiscalização dos procedimentos legais adotados, anexo ofício.

Diante do exposto, conta com o apoio de todos e aprovação.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2022.

ZULMAR CURZEL

Presidente da Câmara Municipal de Juína

---

Parágrafo único: Entendem-se como poluentes atmosféricos quaisquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo de permanência ou características que tornem ou possam tornar o ar:

- I – impróprio nocivo ou ofensivo à saúde;
- II – inconveniente ao bem estar público;
- III – danoso aos materiais, à fauna e à flora;
- IV – prejudicial à segurança, ao uso e gozo de propriedade e às atividades normais da comunidade.